

## **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS AO LONGO DA DÉCADA DE 1990.**

**CARLOS EDUARDO DOS REIS.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.**

### I- Introdução

Nos diferentes eventos internacionais ligados a educação ao longo da década de 1990, ficou cada vez mais latente a indicação de que na era da globalização capitalista, a educação deveria integrar –se cada vez mais a lógica mercantil, e, que todos os países deveriam abrir suas fronteiras para o mercado do ensino.

Tais eventos expuseram organicamente as justificativas, os princípios, os objetivos, os modelos e as orientações aos países de como agir para garantir a inserção na sociedade do conhecimento. A perspectiva deveria ser a de integrar as novas tecnologias da informação e os sistemas de formação para atender as demandas do mercado de serviços e produção de um mundo sem fronteiras.<sup>1</sup>

Assistimos mais uma vez a educação elevada à condição de força redentora das misérias sociais e econômicas. No Brasil, essas orientações chegaram com muita determinação, dada a condição de país dependente e signatário das agências financiadora que determinam nossas políticas e fundos públicos.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, juntamente com a recente aprovação do Plano Nacional de Educação, se constituem peças chaves dentro dessa nova arquitetura dos sistemas de ensino e das políticas educacionais em nosso país.

Para o oferecimento desses “direitos aos cidadãos”, se redefiniu os papéis dos agentes públicos e privados, onde estão sendo criadas novas instituições educacionais; os currículos foram profundamente alterados e os governos, principalmente o federal, vem investindo os recursos orçamentários no ensino fundamental para “garantir” matrícula a todos. Instituiu-se a década da educação, que finaliza em 2006, na qual todos os professores que atuam na educação básica deverão possuir titulação em nível superior, e a universalização do ensino fundamental deverá estar garantida.

O elo que faltava para dar corpo a tais reformas, unindo as mudanças curriculares – Parâmetros Curriculares Nacionais – e as metas de universalização do ensino fundamental era a formação de professores. Este elo foi materializado recentemente com a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.15.

Educação Básica, em nível superior, cursos de Licenciaturas de Graduação Plena, juntamente com as diretrizes específicas para cada disciplina.<sup>2</sup>

Do ponto de vista político, tais diretrizes materializam o projeto da burocracia estatal e dos intelectuais cooptados pelo Ministério da Educação e Cultura, saídos dos quadros da própria Universidade, que desempenham hoje, papel fundamental no cotidiano acadêmico na implantação de tais medidas, onde transformou a Universidade em um grande mercado persa, através de suas fundações e convênios com a iniciativa privada. É o que pretendemos discutir neste artigo, apontando aquilo que consideramos os alicerces de tais reformas.

## II- O caráter orgânico das Reformas:

A temática sobre a formação de professores somente pode ser entendida se, compreendermos as atuais reformas como um conjunto orgânico de diretrizes que compõem as diversas partes de um projeto político de poder no campo educacional.

O que estas apresentam de novo, é exatamente o fato da subordinação de todo o sistema educacional a um fim único, dentro de uma estratégia de poder bem definida nos quadros da reestruturação das relações capitalistas no país, marcadas sobretudo pelas orientações ultraliberais de condução do processo produtivo.

O que acontece hoje, que este debate está sendo feito sem levar em consideração este aspecto orgânico, onde acabou criando-se o consenso da necessidade de se investir na formação de professores, desvinculada de seu aspecto estrutural e estratégico dentro da própria estrutura do sistema, perdendo desta feita seu significado político.

Um exemplo claro desta distorção, é a discussão sobre formação de professores desvinculada da desqualificação social e material dos profissionais da educação; da autonomia do trabalho docente na Universidade e escola pública de primeiro e segundo graus; das condições didáticas e pedagógicas para o trabalho docente; da reestruturação dos espaços escolares; bibliotecas; e do papel político deste profissional, reduzido mais uma vez nas atuais diretrizes, como um sujeito capaz de vulgarizar com competência o conhecimento científico produzido pela academia.

O que está por de trás disto, é uma concepção de trabalho docente e de professor como mero transmissor e vulgarizador de conhecimento, fundamentado no conceito de “transposição didática” do saber escolar, bem ao gosto dos mentores da sociedade do conhecimento. Neste sentido debater a questão da formação de professores é desnudar este projeto de poder que se oculta nesta concepção de formação e seus efeitos nefastos para o conjunto da sociedade.

---

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério da educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 009/2001. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação Plena.* Brasília, DF, MEC/CNE, 08/05/2001.

### III- O caráter histórico de um discurso sem historicidade:

Outra característica marcante das atuais reformas em curso na educação brasileira, incluindo também as diretrizes para a formação de professores, diz respeito ao seu discurso “neutro”, despolitizado e acima de tudo sem historicidade.

Um olhar sobre a História do Brasil, e, de sua educação, vamos constatar que a discussão em torno da formação de professores é datada historicamente e pautada em muitos dos seus momentos pela inserção do país no contexto do capitalismo internacional, onde encontraremos o problema da formação vinculado a necessidade de adaptação do país aos novos tempos vividos pelo avanço do processo civilizatório.<sup>3</sup>

Assim, do ponto de vista de uma estratégia do próprio sistema, o discurso que justifica a ação dos atuais mandatários, é o projeto de inserção total do país na economia de livre mercado, onde a destruição do estado de bem estar social – educação, saúde e segurança pública – funções clássicas do Estado segundo a concepção Liberal, tornou-se um empecilho à própria economia de mercado, pois demanda em um alto custo para o Estado e o próprio mercado.

E com esta justificativa, que o até então presidente Fernando Henrique Cardoso, anunciou com orgulho a destruição da “Era Vargas”, e tudo aquilo que ela significava na consolidação e construção do Estado Nacional Brasileiro. Desta feita o que justifica a nova política de formação para o magistério é a necessidade do país em entrar na sociedade da informação e do conhecimento, marcada pelos avanços e disseminação das tecnologias de informação em uma economia caracterizada pela ciranda financeira global.

Esta justificativa se faz presente na quase totalidade dos documentos oficiais sobre a Educação hoje no país, e , serve de pano de fundo para a organização curricular, e das estruturas internas das instituições formadoras.

Por sua vez ainda, ao assumir o poder, o até então presidente Fernando Henrique Cardoso e seus assessores, arquitetaram uma minuciosa destruição dos direitos sociais no país, uma cuidadosa operação de anulação e negação da História, e se colocaram como mentores de um nova era marcada pela democratização política do país.

Assim, todo processo histórico de lutas em torno do direito à educação; as contribuições da Universidade; os movimento populares e os trabalhadores, foram jogados na lata do lixo da História, onde o capitalismo global foi posto como a única saída possível e só sobreviverão àqueles capazes de se adaptar a essa ordem. O próprio mandatário da nação, negou em público seu passado histórico.

---

<sup>3</sup> XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. *Capitalismo e escola no Brasil : A constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990, p.63.

IV- A falência da Educação Pública e a má qualidade de ensino, justificando a necessidade das reformas:

Ao longo da década de 1990, o governo federal, destinou praticamente todos os seus esforços na reestruturação da Educação básica no país, a fim de cumprir os compromissos assumidos pelos países signatários da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia no final da década de 1980.

Esta reestruturação, deu origem ao Sistema de Avaliação da Educação Básica, com políticas específicas para esse nível de ensino. As autoridades federais passaram a alardear pelos quatro cantos do país, que mais de 90% das crianças em idade escolar, estavam freqüentando a escola, coroando assim os esforços em torno da universalização do acesso a escola.

Todavia o resultado desastroso de tal política não tardou a aparecer. Nas avaliações recentes de organismos internacionais, o país é um dos primeiros em evasão escolar e repetência, e, a grande maioria dos alunos de nossas escolas pública não é capazes de ler e interpretar um texto. Para completar este quadro, a avaliação feita pelas próprias autoridades educacionais, atestaram a piora da qualidade de ensino na educação básica depois de anos de investimento.

Porém, a resposta dada ao fracasso da política educacional, recaiu sobre as classes populares que foram incorporadas ao sistema público de educação, acusadas de não ter o capital cultural necessário para estar na escola e acompanhá-la.<sup>4</sup>

No entanto, em vez de discutirmos os processos históricos de exclusão social promovido pelo não direito à educação, as autoridades brasileiras jogaram todo o peso de suas explicações na falta de competência dos professores, na falência das instituições formadoras – leia-se a Universidade -, produzindo assim o discurso da desqualificação do magistério para embasar a necessidade de reformas dentro do sistema. È o que se pode ler no parecer 009/2001 de 08/05/2001 do Conselho Nacional de Educação, que parte da premissa de que o não sucesso da política educacional do governo e a não inserção definitiva do país na dita sociedade do conhecimento, deve-se à inadequada formação dos professores e suas instituições formadoras, que não estão aptas ao novo milênio. A universidade mordeu a isca.

Há décadas que a sociedade brasileira, e, as entidades ligadas ao magistério e demais movimentos sociais, denunciam o descaso histórico do país com a educação pública, e, a política de exclusão social patrocinada por uma escola longe das aspirações da sociedade brasileira. Há mais tempo ainda, é que se apontam os descabros em relação à formação e qualificação dos

---

<sup>4</sup> ROSSI, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e Educação*. 2.ed., São Paulo: Moraes, 1980, p.17.

professores, e, o desmonte sucessivo das condições de trabalho e existência da escola e da universidade no país.

O resultado disto, é nefasto: explodiu nas universidades públicas e privadas, cursos e linhas de pesquisa nas especializações e nas pós-graduações, dedicadas a questão da formação de professores.

Cabe observar aqui, que nunca se negou à necessidade de se rever à formação dos profissionais em educação. Porém ao assumirmos o discurso sobre a necessidade de reformar as instituições formadoras de professores e seus cursos, estamos assinando o próprio atestado de incompetência, uma vez que, nesta concepção de formação a responsabilidade recai inteiramente no professor, redime os profissionais não comprometidos com a educação, justificando a existência das escolas privadas em todos os níveis, apaga da memória social o descabro com a educação, justifica a crença no mercado de bens educacionais, pois se a escola pública não presta, há que se deixar a “mão invisível do mercado” atuar sobre a sociedade, possibilitando uma maior oferta educacional.

#### V- Flexibilização; Gestão e Focalização como princípios das reformas:

Quando nos debruçamos em uma leitura atenta dos princípios que norteiam as ações e as premissas das reformas educacionais, nos deparamos com um corpo de categorias explicativas que nos remetem aos princípios de reestruturação produtiva capitalistas aos moldes ultraliberais.

No caso específico da formação de professores, a premissa da reforma, expressa no parecer do Conselho Nacional de Educação, se assenta no fato da participação do país na economia globalizada, no avanço e disseminação das tecnologias de informação e comunicação, cujo impacto na organização do trabalho e da sociedade, impõe ao país, a necessidade de dispor de profissionais qualificados. Desta feita se impõe à flexibilização, para acompanhar as rápidas transformações advindas dessa nova realidade do capitalismo. Flexibilizar o currículo e flexibilizar o professor.

È o caso da justificativa expressa pelo secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação, Rui Berger Filho, na introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, onde, admitindo as premissas acima citadas, faz referência a necessidade de se adaptar a nova ordem, uma vez que, segundo o próprio secretário, uma das conseqüências desse processo, seria o desemprego estrutural da sociedade e a terceirização dos processos produtivos.

Neste caso, a flexibilização da formação profissional, implica em criar um profissional capaz de ser mobilizado pelo mercado, uma vez que este processo implica em uma natural exclusão dos seres humanos, vivendo da eterna promessa de trabalho.

Assim, a flexibilização da formação profissional se torna necessária dentro deste processo, pois como salientou Marilena Chauí, as práticas ultraliberais, operam fundamentalmente com um processo de exclusão do mercado de trabalho e consumo, onde esta se faz não só pela introdução da automação, mas pela velocidade da rotatividade de mão de obra que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência das mudanças tecnológicas.<sup>5</sup> Estamos diante do horror econômico ao qual se referiu a ensaísta francesa Viviane Forrester.

Todavia, não é somente a flexibilização que opera dentro deste processo. Uma vez que não é possível a inclusão de todo o contingente de marginalizados dentro do processo produtivo, pois o mercado só absorverá os mais capazes, é preciso criar políticas públicas emergenciais que possam amenizar os efeitos da pobreza e da exclusão social, difundindo a idéia de que a oferta de educação e a formação continuada deste trabalhador, são fatores de inclusão social. Entram em cena as políticas públicas de focalização.

No campo educacional, tais políticas se manifestam em programas como o comunidade solidária, amigos da escola, alfabetização solidária e muitos outros hoje levados a cabo pelo governo federal, que implicam em ações emergenciais em áreas de extrema pobreza e abandono do poder público, que ao pregar o envolvimento da comunidade na solução de seus próprios problemas, cria-se à ilusão de que estão participando como cidadãos dos rumos de sua História, tirando do Estado sua responsabilidade na gestão democrática da coisa pública, abrindo espaço para as ditas Organizações não governamentais e agora os empresários com responsabilidades sociais e seus programas de renda mínima.

#### VI- Considerações Finais:

Do ponto de vista histórico, talvez ainda não seja possível examinar com toda clareza os resultados das políticas educacionais implantadas ao longo da década de 1990 na sociedade brasileira. O fato é que as atuais diretrizes que ora norteiam o processo educacional no Brasil, vem contribuindo sobremaneira para aprofundar ainda mais os graves problemas e distorções do já precário sistema educacional brasileiro, que deve a sua pouca qualidade e compromisso social, graças à intervenção sempre pronta dos profissionais e entidades de classe da educação, comprometidos com a defesa intransigente da coisa pública.

Neste sentido, pensar a formação de professores, passa sobretudo em repensar os modelos históricos de formação e suas profundas distorções, que, continuam a proporcionar a existência dos autoritarismos institucionais, marcados sobretudo pela prepotência e arrogâncias dos burocratas

---

<sup>5</sup> CHAUI, Marilena. Ideologia neoliberal e Universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da Democracia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p.29.

ministeriais. Todavia, não podemos fazer vistas grossas aos problemas e distorções do nosso sistema educacional.

È preciso pois, encara-los de frente, em sua perspectiva histórica, recuperar seu caráter público e democrático, com o risco de que nosso silêncio e omissão deliberada, contribua para o crescimento de uma meritocracia universitária instalada nos departamentos e cursos de pós-graduação, que tem relegado a formação dos cursos de graduação a uma moeda rasa de pouco valor, em nome de uma lógica produtivista e clientelista, baseada sobretudo nos duvidosos critérios de cientificidade e competência.